

# Proliferação de colégios, proletarização de professores

Na década de 50, apenas uma elite freqüentava as escolas públicas. O Instituto de Educação, por exemplo, representava não só o saber como o emprego futuro. Depois, com a maior demanda e a proliferação da rede, ocorreu a chamada democratização do ensino e, enquanto isto acontecia, baixavam os salários dos professores e as condições materiais das próprias escolas, já que o bolo de recursos não crescia na mesma proporção dos problemas que o maior número de colégios trazia. A medida em que as escolas proliferavam, o magistério proletarizava-se, e a elite foi buscando novas opções profissionais. Ainda com uma maior demanda, muitas regiões ficaram sem vagas nas escolas e os governos foram injetando recursos nas escolas particulares, sob a forma de bolsas de estudos. Com tudo isto ia também mudando o perfil do aluno da escola pública, com a classe média retirando-se para os bancos das escolas particulares.

Hoje, 1988, qual o resultado de todo este complexo mecanismo que envolve problemáticas diversas como a educação do professor, o perfil do

aluno, as condições da escola e as exigências ou acomodação da comunidade? A estes ingredientes, segundo o pedagogo João Henrique Ferraz Mafra, que foi Coordenador da Assistência ao Educando da Secretaria estadual de Educação de 1975 a 1979 e que assessorou a Direção do Departamento de Educação da mesma Secretaria pelos três anos seguintes, soma-se o advento da Lei 5.692, que regulamenta as diretrizes do ensino no Brasil.

— Na tentativa de cumprir bem a lei, com laboratórios de currículos, centros de tecnologias educacionais, subsecretarias etc, houve este inchaço, que fez com que vários professores fossem retirados das salas de aula. E o problema não é a lei, que é boa, mas as condições de infra-estrutura para cumpri-la. Há muitos anos não se abre concurso para cargo administrativo nas escolas, e aí começa uma grande diferença entre a escola pública e a particular, que tem este apoio administrativo especializado. Outro problema é toda a parte financeira da escola pública altamente burocratizada, ao ponto de um diretor precisar esperar semanas para com-

prar uma lâmpada.

No cômputo final, o que se vê são escolas públicas com professores mal distribuídos, mal assistidos, cujos alunos não têm poder de grito, enfatiza João Henrique Mafra, que, como professor de uma escola pública e diretor educacional de uma particular, defende uma reforma administrativa e financeira na escola pública. Ele quer a ampliação de recursos, melhor distribuição e condições mínimas para o professor trabalhar, tornando a escola pública uma real e atrativa opção para todos.

Saindo da teoria para a prática na Escola Municipal São Tomás de Aquino, no Leme, a Diretora Lúcia Helena dos Anjos Porto, de 39 anos, dos quais 21 como professora, defende a tese de que o ensino, enquanto conteúdo, é igual nos colégios particulares e públicos. Tanto que, frisa, conta com professores que também trabalham em conceituados colégios particulares, como Sion, Princesa Isabel e Anglo-Americano. A diferença, aponta, concordando com João Henrique Mafra, está justamente na falta de apoio administrativo.